

**O MINISTERIO DE JOSE AMERICO NOS RELATORIOS E NAS NOVELAS: A
CONSTRUÇÃO DE UMA MEMORIA IMEDIATA DA PASTA DE VIAÇÃO E OBRAS
PUBLICAS NO GOVERNO PROVISORIO (1930-1934)**

JOSE AMERICO'S MINISTRY IN REPORTS AND NOVELS: THE CONSTRUCTION OF
AN IMMEDIATE MEMORY OF THE TRANSPORT AND PUBLIC WORKS OFFICE IN
THE PROVISIONAL GOVERNMENT (1930-1934)

Luiz Mário Dantas Burity¹

Resumo: Ao término de sua passagem pelo Ministério de Viação e Obras Públicas no Governo Provisório (1930-1934), em meio às críticas na imprensa, José Américo se empenhou em construir uma memória a respeito dessa administração no ano subsequente à sua renúncia. Fez isso, sobretudo, a partir de dois tipos de materiais – um relatório oficial e duas novelas – gêneros que não são os mais comuns para uma escrita de si. O objetivo desse artigo é discutir o esforço de elaboração de uma narrativa memorial e os sentidos do projeto revolucionário que ele empreendeu na escrita desses textos pensando as proximidades e as diferenças que ambos evocam. Foi possível observar que, ao passo em que o relatório flertava com um exercício de história imediata, construindo um sentido para o passado e para o futuro tendo a Revolução 1930 como ruptura, e com um pacto autobiográfico, as novelas apelavam para a sensibilidade que a narrativa de ficção proporciona. No caso de José Américo, um intelectual modernista, familiarizado desde muito tempo com as potencialidades da palavra escrita e as formas em que ela se desenvolve, esses trânsitos entre os gêneros potencializavam os modos de dizer o que ele queria dizer.

Palavras-chave: José Américo de Almeida. Memória de si. Ministério. Governo Provisório.

Abstract: At the end of his tenure at the Ministry of Transport and Public Works at the beginning of the Provisional Government (1930-1934), amid criticism in the press, José Américo endeavored to build a memory of this administration in the year following his resignation. He did this, above all, from two types of materials – an official report and two novels – genres that are not the most common for writing oneself. The purpose of this article is to discuss the effort to elaborate a memorial narrative and the meanings of the revolutionary project that he undertook in the writing of these texts, thinking of the proximity and differences that both evoke. It was possible to observe that, while the report flirted with an exercise of immediate history, building a sense for the past and for the future with the 1930 Revolution as a rupture, and with an autobiographical pact, the soap operas appealed to the sensitivity that fictional narrative provides. In the case of José Américo, a modernist intellectual, familiar for a long time with the potentialities of the written word and the ways in which it develops, these transits between genders enhanced the ways of saying what he wanted to say.

Keywords: José Américo de Almeida. Self-Memory. Ministry. Provisional Government.

¹Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre e Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: marioburity@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1357-1243>

Introdução²

A obra do Ministério da Viação [...] no Governo Provisório não se exprime, apenas, por seus resultados imediatos; depende sobretudo da continuidade administrativa que assegurará o êxito dos seus principais empreendimentos [...] São esses os delineamentos de maior porte da obra que eu quis e não pude realizar, mas deixo iniciada, em condições que já não podem ser preteridas.

José Américo de Almeida³

Às vésperas da promulgação da Constituição de 1934, no mês de julho, José Américo de Almeida deixou o cargo de ministro da Viação e Obras Públicas, que ele havia exercido por quatro anos, desde que se deu a vitória da Revolução de 1930. Também renunciaram de suas funções os ministros da Fazenda, Osvaldo Aranha, e da Agricultura, Juarez Távora. Terminava o Governo Provisório (1930-1934), período no qual as lideranças revolucionárias se empenharam em reformar o *modus operandi* do poder estatal por meio de uma ditadura, entendida à época como uma forma de poder transitória na qual um sujeito – nesse caso um grupo – assumia poderes absolutos para estabelecer a ordem em momentos de construção ou crise de regimes políticos⁴. A nova carta, no entanto, abria um novo tempo. Era preciso negociar os caminhos da política nacional, prestar contas do que se estava fazendo e do que já havia sido feito com as instituições e os recursos públicos.

A imprensa aproveitou o momento para passar a gestão e a vida do ministro a limpo. Artigos de opinião e editoriais revisitavam as maiores polêmicas, como a demissão em massa de funcionários, em particular na Central do Brasil e na companhia de navegação Lloyd Brasileiro, a que ele justificava como um esforço pela moralização e economia dos gastos públicos. Mas também se falava dos recursos destinados às obras contra as secas, que teriam o propósito de beneficiar a sua região em detrimento das

² Esse texto é subproduto da tese de doutorado “José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d’Água à campanha presidencial de 1937”, orientada pela Profa. Lúcia Grinberg, defendida no PPGH/UNIRIO em 2021. A pesquisa contou com financiamento FAPERJ na modalidade “Bolsista nota 10”.

³ *Correio da Manhã*, 25 jul. 1934, p.2.

⁴ Raimundo Hélio Lopes (2019) discute essa mudança histórica nas concepções de “regime discricionário” e “ditadura”, apontando a forma mais específica como ela era entendida nos anos 1930.

demais, entre outras medidas consideradas arbitrárias. Nesse cenário tomado por uma revisão de sua imagem de político na arena pública, José Américo empenhou esforços intelectuais para, ainda no calor do momento, construir uma memória de sua gestão, que não só funcionasse em sua defesa das acusações que lhe imputavam, mas também impetrasse um sentido para aquela pasta e sua gestão no projeto revolucionário do Estado do Brasil.

A Revolução de 1930 foi um movimento político e militar que resultou na tomada de poder pelas oligarquias dissidentes e pelos tenentes com uma agenda de reforma do sistema político vigente. No esforço para legitimar o novo regime, de acordo com Thomas Skidmore (2010[1967], p.39), criou-se uma expectativa de que mudanças radicais fossem tomadas. José Américo, assim como o presidente e os demais ministros, se empenhou para mudar os direcionamentos da sua pasta – era preciso construir políticas de Estado que apontassem um futuro novo e exitoso para a nação brasileira. Encerrado o Governo Provisório, em meio ao balanço do que havia sido feito e do que ainda se estava por fazer, o estadista paraibano entrou na disputa das narrativas. Seria preciso não só garantir a continuidade, mas também discutir as prioridades que envolviam esse projeto revolucionário em curso.

Nos meses que sucederam sua renúncia – entre meados de 1934 e o ano de 1935 – o ex-ministro elaborou um relatório em que prestava contas de seus feitos enquanto titular da pasta, como os recursos foram utilizados e quais os principais resultados conquistados, qual ele intitulou, não por acaso, de *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação* (1934). Mas nesse mesmo tempo, o político voltou a escrever literatura e lançou duas novelas que tinham os sertões como cenário e os investimentos nas obras contra as secas enquanto marcador temporal – *O Boqueirão* (1935) e *Coiteiros* (1935). Entre o documento oficial, tomado pelo compromisso com a veracidade dos fatos descritos, e a escrita ficcional, havia um esforço comum de construir uma memória de si.

O objetivo desse artigo é discutir o esforço de elaboração de uma narrativa memorial e os sentidos do projeto revolucionário que José Américo empreendeu na escrita desses materiais – o relatório e as novelas – pensando as proximidades e as diferenças que eles evocam. Entenda-se por “memória de si”, conforme Angela de Castro Gomes (2004, p.16), um trabalho para “ordenar, rearranjar e significar” um trajeto de uma vida. Interessa notar como, nesse caso específico, não estamos tratando com fontes que usualmente são as mais propícias para esses exercícios autoreferenciais, como seria o caso de autobiografias, diários, cartas, álbuns de fotografias, discursos, arquivos pessoais etc. Os relatórios administrativos e principalmente as novelas não são gêneros textuais que favorecem a autoinscrição, mas os usos que o autor fez deles nos condiciona a pensá-los dessa maneira.

O ministro e as memórias do seu ministério

José Américo de Almeida nasceu em 10 de janeiro de 1887 no Engenho Olho d'Água, às proximidades da cidade de Areia, interior da então província da Paraíba. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1908, o jovem bacharel se ambientou com ideias liberais que o levaram a criticar o poder oligárquico de sua família, embora tenha se valido dele para assumir o posto de procurador geral do estado aos 25 anos. Entre os anos 1910 e 1920, entrou para o circuito intelectual na então Cidade da Paraíba, com o qual passou a partilhar ideias modernistas, resultando no lançamento da revista ilustrada *Era Nova* em 1921.

No ano seguinte, em razão do término do mandato de Epitácio Pessoa na presidência da República, um paraibano, que se empenhou para enviar de recursos para modernizar a região, sobretudo por meio das obras contra as secas, José Américo foi convidado pelo então presidente de estado Solon de Lucena para estudar os impactos desses investimentos na vida da população paraibana. A pesquisa foi publicada no livro *A Paraíba e seus problemas*, de 1923, no qual o autor defendeu que o pretense atraso dos estados nortistas não era resultado exclusivo das questões climáticas, mas sobretudo

da ausência de investimentos públicos em obras hídricas e na infraestrutura de comunicação e transporte que dinamizasse a economia, os quais haviam sido impulsionados nos tempos do governo Epitácio Pessoa. Em 1928, ele publicou o romance *A Bagaceira*, que também retratou a vida de pessoas na seca.

Ao longo da década de 1920, cresciam as insatisfações com o regime político vigente. Uma geração mais jovem, formada já em tempos republicanos, passou a nutrir o desejo de mudar seu *modus operandi*. Foi nesse cenário que João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa, se tornou presidente da Paraíba e fez o convite a José Américo para a secretaria geral do estado. Nos anos seguintes, os dois participaram da campanha da Aliança Liberal, um como candidato à vice-presidência da República, o outro enquanto deputado federal. Em meio às discussões que envolviam os resultados eleitorais, João Pessoa foi assassinado, o que serviu de estopim para a Revolução de 1930.

As tropas do Norte foram lideradas pelo capitão-tenente Juarez Távora, que nomeou José Américo chefe civil do governo provisório. Vitorioso o movimento, devido à importância das lideranças nortistas na campanha revolucionária e, nesse sentido, também para garantir uma base de apoio para o governo que se estabelecia, José Américo foi nomeado ministro de Viação e Obras Públicas. Tratava-se de uma pasta estratégica na condução do projeto de modernização nacional, na medida em que passavam por ela as obras de infraestrutura e a gestão dos meios de comunicação e transporte do país. Além disso, contava com uma vasta folha de funcionários, nos mais variados departamentos e por todo o país.

O ministério de José Américo tinha o compromisso de se fazer diferente, porque fiel ao projeto revolucionário de mudar o *modus operandi* do regime republicano. No entanto, nesse esforço, o titular da pasta constituiu suas próprias concepções daquilo que deveriam ser os meios e os fins da Revolução de 1930. Empreendeu uma reforma administrativa, fundiu os departamentos dos Correios e Telégrafos, bem como dos Portos e Navegação, revisitou os contratos de serviços essenciais como distribuição de energia elétrica, afetando as tarifas cobradas pela *Light*. Além disso, controlou o uso dos

carros oficiais, telefones, passagens e demitiu funcionários. Falava, assim, de uma moralização pública, pregando que uma boa gestão do bem coletivo deveria estar acima de interesses individuais. Apenas na Central do Brasil, foram demitidos mais de cinco mil funcionários (ALMEIDA, 1934).

O titular da pasta também esteve preocupado com a integração nacional, e assim, deu início ou continuidade às obras que se espalhavam pelo país⁵, em particular aquelas dedicadas à construção de estradas e portos, prolongamento das linhas do telégrafo, novas agências dos correios. O projeto político que efetivamente marcou a sua administração, no entanto, foi a retomada das obras contra as secas, que haviam perdido espaço na arena pública com o término do mandato de Epitácio Pessoa. Em meio à seca de 1932, o ministro conseguiu ampliar bastante a proporção dos recursos federais destinados à assistência da população atingida pelas estiagens e para as obras hídricas e de transporte, que deveriam ter efeito em longo prazo no combate aos problemas sociais decorrentes delas.

O prestígio do ministro e do Bloco do Norte – unidade política constituída a partir dos estados conquistados pelas tropas nortistas em 1930 – no Governo Provisório foi fundamental nessa empreitada. José Américo solicitou crédito especial mais de uma vez e foi aprovado sem contestação por Getúlio Vargas, mesmo que a revelia de outros líderes, como Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda. Tratava-se de um programa de proporções não vistas até então na região e que implicavam em um novo equilíbrio na política orçamentária federal, revisitando as prioridades dos gastos públicos entre os estados brasileiros⁶.

A postura autoritária do ministro teve bom efeito enquanto o regime discricionário esteve em voga, tanto foi assim que ele foi o único a permanecer os quatro anos do Governo Provisório na mesma pasta. Mas a crítica tomou fôlego no

⁵ Mais informações a respeito desse esforço de integração nacional no Ministério de Viação e Obras Públicas durante a gestão de José Américo podem ser consultadas nos textos de Jivago Barbosa (2020).

⁶ José Américo registra as negociações que ele mobilizou para conquistar os recursos no relatório *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação* (1982[1934]).

processo de constitucionalização. A imprensa revisitava a demissão dos funcionários, problemas que envolviam trabalhadores dos Correios e Telégrafos, entre muitos outros setores⁷. Aliados do governo reclamavam sua intransigência na concessão de empregos públicos e as demissões necessárias nos acordos políticos. O estopim, no entanto, foram as greves em diversos setores no primeiro semestre de 1934, desgastando sua imagem e a do presidente. Promulgada a nova constituição, também para que o chefe da nação se mantivesse no poder, os três ministros tenentes – dois civis e um militar – deixaram seus postos, anunciando os novos tempos.

As críticas na imprensa

Na mesma carta em que aceitava o pedido de renúncia do ministro, Getúlio Vargas prometia nomeá-lo embaixador brasileiro junto à Santa Sé, no Vaticano⁸. José Américo ficou feliz com a proposta do presidente, dizia que essa seria uma oportunidade para se manter na política nacional, embora em posição de menor visibilidade, e com a possibilidade de dar um novo impulso na sua carreira de literato, dedicando-se aos estudos de outras línguas e formas estéticas. A imprensa, dos órgãos de oposição aos mais simpáticos ao governo, contudo, mais uma vez questionaram as posturas do ministro e a sua habilidade para ocupar um posto tão relevante para as relações internacionais do país. Em um artigo de opinião publicado no *Diário de Notícias*, Ricardo Pinto comentava: “Domingo próximo, seguirá para a Paraíba, a fim de reunir os cacarecos e abraçar a parentada e breve embarcará, (...), no transatlântico que o conduzirá a Roma” e seguia com ironia, falando do quão esperto era “esse nordestino” que conseguira enganar a todos⁹.

Em outro artigo no mesmo periódico, intitulado “O destino do embaixador”, Renato Alencar foi além e revisitou a trajetória conturbada com a Igreja Católica.

⁷ Conforme notícias e editoriais dos jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*.

⁸ Carta de jul. 1934, de Getúlio Vargas a José Américo (Arquivo Privado José Américo. Fundação Casa de José Américo).

⁹ *Diário de Notícias*, 19 jul. 1934, p.3.

Tratou dos seus estudos no seminário, no qual teria ficado “durante dez anos” – na verdade foram três, antes de sua matrícula na faculdade de direito – e “quando todos o julgavam a receber as ordens sagradas, o seminarista surgiu guapo a envergar o seu jaleco de casineta e burzeguina de couro de carneiro”, e continuava, “Areia inteirinha comentou a rebelião do futuro vigário da paróquia”. O jornalista comentou passagens que considerou hereges de uma de suas novelas – *Reflexões de uma cabra* (1922) – sugerindo que, em sendo um texto de características autobiográficas, melhor seria dizê-lo *Reflexões de um bode*. Encerrou consternado com a declaração que ele dera à imprensa de que na Itália melhoraria o seu latim e aprenderia o italiano. Nada teria que fazer, concluía, o representante brasileiro no Vaticano, que bem poderia conhecer essas línguas contratando um professor no Brasil¹⁰.

Mas antes de tomar o rumo da Europa, José Américo tinha uma missão na Paraíba. Às vésperas das eleições para deputado federal e constituinte estadual, era preciso garantir uma base sólida de apoio que garantisse a maioria, assegurando a continuidade do domínio revolucionário no estado. Em meio às negociações, por apelo dos aliados políticos, os quais diziam que não poderiam abrir mão da ação do ex-ministro naquele momento, ele acabou declinando do convite para a embaixada e foi eleito indiretamente senador pela Assembleia Constituinte da Paraíba. Mas tomou a decisão contrariado, como apontaria mais tarde em entrevista a Aspásia Camargo *et al* (1984, p.249): “dessa vez eu não queria, mas me elegeram”. Fazia parte das atribuições que o posto de líder político pautava.

O *Diário de Notícias*, em sequência à campanha contra os ministros tenentes dos tempos do Governo Provisório, publicou um editorial na parte superior esquerda da primeira página com o título nada desprezioso de “Robespierre de Gelatina”. No texto, fazia menções à trajetória de José Américo. Teria ele, afinal de contas, entrado para a política não por mérito próprio, mas pelas facilidades que a influência familiar de outrora concedera. Dessa maneira, portanto, acionava com ironia três marcadores

¹⁰ *Diário de Notícias*, 31 jul. 1934, p.2.

recorrentes de sua imagem pública – moralidade administrativa, assistência contra as secas e *expertise intelectual*:

As últimas notícias políticas da Paraíba vieram do avesso da personalidade moral do sr. José Américo e mostram o áspero nordestino na crueza brutal da sua exata realidade.

Trata-se de um homem que surgiu no tumulto revolucionário sob uma verdadeira carapuça de puritanismo. Como o sr. Getúlio Vargas, despido de idealismo e intoxicado de politicagem, ele entrou na revolução empurrado por circunstâncias pessoais incoercíveis.

(...) Durante mais de três anos, foi a mulher de César dos poderes discricionários. Híspido, hirsuto, áspero e agressivo, fez da honestidade um cartaz, da austeridade um pregão, da virgindade política um preconceito, da dignidade funcional uma tuba.

(...) Vestiram-no de Robespierre. O obscuro advogado de Arras, quando ainda não rimbombavam os primeiros trovões da Grande Revolução, reencarnara-se no apagado leguleio de Areias, quando os rumores da arrancada de outubro ainda não atroavam os ares.

(...) Pois bem: se não bastassem atos e atitudes anteriores para arrebatá-lo a máscara, os últimos acontecimentos da política da Paraíba evidenciarão à farta que, enquanto Robespierre de Arras acabou firme e rijo na sua gravidade fanática, o Robespierre de Areias tomou a consistência da gelatina para implantar na terra de João Pessoa sua politicagem carcomida¹¹.

O programa de moralidade na administração dos bens públicos, que o ex-ministro apontava como um marco do que ele julgava fundamental entre as mudanças propostas na esteira do movimento revolucionário – o que lhe rendeu a pecha de “Censor da Revolução” – era posta a prova como hipocrisia. Não valeria para ele e seus aliados na Paraíba. Também nessa esteira, estariam os recursos públicos, cujo uso teria sido antes para favorecer os seus, chefes políticos de sua terra, muitos dos quais seus familiares, que propriamente um bem coletivo que deveria impactar o desenvolvimento nacional.

¹¹ *Diário de Notícias*, 15 set. 1934, p.1.

Os jornalistas pesaram a mão na crítica ao paraibano, confundindo, muitas vezes, o trabalho político – que envolve acordos sobre as ideias e a condução dos programas de governo – com corrupção, embora tivessem razão ao apontar sua postura autoritária dos tempos de ministro. Mas no que tange o nosso propósito nesse texto, interessa notar uma disputa de narrativas a respeito de sua gestão no Ministério de Viação e Obras Públicas, então qualificada de forma negativa. Defendê-la era não só uma forma de se autoinscrever, salvaguardando a sua imagem de político, mas também assegurar que aquele programa ministerial – e os contornos da plataforma revolucionária – fossem valorados positivamente e tivessem apoio – de políticos e sociedade civil – para permanecer como projeto de Estado.

Um exercício de história imediata: escrita de si no relatório oficial

Ainda em seu tempo de ministro, mas no curso do processo de constitucionalização, José Américo produziu o primeiro relatório de sua administração. *O Ministério de Viação no Governo Provisório* foi publicado em julho de 1933. O texto começava com uma justificativa, por que nos anos anteriores outros relatórios como esse, que dessem conta do que estava sendo feito na condução do ministério, não tinham sido publicados? O autor justificava que preferiu a transparência das entrevistas cotidianas em coletivas de imprensa, na qual nunca teria se negado a tratar de suas atitudes. Não era, contudo, suficiente. Uma entrevista no jornal e um relatório oficial cumprem papéis distintos na conformação da opinião pública. Os jornais tem a função de divulgar e discutir ideias gerais e procedimentos, que pela amplitude de sua circulação, podem chegar a número elevado de pessoas.

Os relatórios oficiais, por sua vez, são documentos detalhados, com informações precisas a respeito dos investimentos destinados a cada departamento do ministério e seus subsequentes usos. A sua finalidade é oferecer instrumento para os interessados em entender o que foi feito – o presidente ou, em tempos democráticos, deputados federais; público do presente e do futuro preocupado em estudar os feitos da pasta.

Eles contam, portanto, com um impacto bem mais restrito, mas com informações em escala que ficaria difícil informar em uma entrevista. Esse material, a propósito, contabilizava 318 páginas, tomadas de texto escrito, mas também de gráficos, tabelas e fotografias.

Era como se a circunstância do regime discricionário dispensasse, pelo menos a princípio, a necessidade de prestação de contas. Mas no processo de constitucionalização, essa demanda despontasse na agenda do ministro. Ao longo das páginas subsequentes, apresentou as motivações que mobilizaram suas escolhas, preferiu contratar técnicos para os cargos de chefia e planejamento, de preferência que não fossem pessoas com quem tinha laços afetivos. Vale destacar que, nessa ocasião, ele citou o ditador fascista Benedito Mussolini como exemplo de administrador público.

Ele prometia um texto técnico – “exposição de dados” – mas em vários momentos parou a narrativa para lançar uma interpretação. Era uma forma de se autoinscrever, justificar suas atitudes e apresentar sua contribuição à frente da pasta. Assim barganhar, em meio às batalhas de narrativas que marcaram esse momento, uma representação da sua figura pública e uma leitura dessa história imediata condizente com aquilo que pensava de si mesmo: “Nenhum homem público será capaz de realizar uma obra notável sem ter por ela o entusiasmo acionado pela exaltação patriótica. Sem, sobretudo, ter fé na sua ação para poder ter a coragem das suas responsabilidades” (ALMEIDA, 1933, p.V).

Três ideias principais moviam a imagem que o ministro construiu a respeito de sua passagem pelo ministério e aos valores de homem público que fazia questão de manter no exercício da pasta. Haveria um esforço em prol da moralidade pública, para si mesmo e para os seus subordinados, colocando os interesses coletivos à frente dos individuais; as obras contra as secas serviam a uma reparação histórica com as populações sertanejas nortistas, que até então teriam sido desprestigiadas pelo poder público nacional, o que também dava um caráter popular às suas ações; a *expertise* de intelectual seria um diferencial no seu olhar para o ministério e para o Estado do Brasil,

com golpes de visão a mais longo prazo. Foi com esse tripé que ele apresentou seus capítulos, separados por departamentos e iniciativas – Funcionalismo; Movimento financeiro e orçamentário; Serviços industriais da União; Moralizando as despesas; Plano de realizações; Estradas de ferro; Estradas de rodagem; Portos e navegação; Marinha mercante; Aeronáutica civil; Correios e Telégrafos; Obras contra as secas; Inspetoria de iluminação; Exame e revisão de contratos e concessões; Sindicâncias; Comissão de reclamações; Novas perspectivas (ALMEIDA, 1933).

O relatório não deixou de ter certo caráter literário, não tanto pelo conteúdo, mas pelo uso das palavras, que mais do que um sentido político, explícito na maneira de apresentar o programa e “contar” essa história – aliás, ele seria apresentado mais tarde junto a suas obras literárias. Entre outras passagens, cito uma que aponta bem esse vínculo entre o intelectual, com todo o seu apreço estético, estudioso das secas, e o sujeito de ação que ora assumira um posto político:

As maiores secas de todos os tempos, que vitimaram a região infeliz, foram: a de 1723 a 1727, que atingiu, apenas, à orla habitada do litoral, sacrificando a escravaria dos engenhos de açúcar, a de 1790 a 1793, chamada “a seca grande”, em que morreram de fome “até os bichos do mato” e a de 1877 a 1879 que, depois de 32 anos, mais ou menos regulares, surpreendeu a região organizada no seu ciclo moral, com o cortejo de todas as pragas e calamidades sociais (ALMEIDA, 1933, p.194).

O uso de figuras de linguagem, como a personificação das pragas e calamidades em um cortejo de horrores, é um bom exemplo do que estamos tratando. De certa maneira, esse tratamento estético também servia ao propósito maior que mobilizava o ministro na escrita daquele texto, qual seja, a construção de uma memória de sua gestão à frente do Ministério de Viação e Obras Públicas, tomada por um texto que justificasse suas escolhas e apresentasse os dados que comprovassem os resultados dos seus feitos.

Mas esse relatório também não foi o bastante, pelo menos não segundo as suas próprias convicções um ano mais tarde. Talvez não tivesse conseguido expressar com a

devida clareza tudo aquilo que era preciso ser dito. Devemos ter em mente que, enquanto um intelectual que estudou as estiagens sob uma perspectiva histórica, para seu livro *A Paraíba e seus problemas* (1923), e que havia consultado muitos relatórios pra fazê-lo, José Américo sabia bem o quanto um texto como esse importava para o entendimento da experiência histórica, e talvez tivesse a esperança de que sua exposição seria capaz de indicar um sentido para ela.

Foi assim que, em agosto de 1934, o então ex-ministro publicou um novo relatório, ou uma nova versão do mesmo texto com edições substanciais – a exclusão da citação a Benedito Mussolini, por exemplo. O título também ganhou um sentido mais emblemático como *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação*:

Encerrando o ciclo dos poderes discricionários, assiste-me o dever de dizer o que fiz. (...) Não é o pregão de uma obra. As iniciativas do Ministério de Viação derivam menos do meu esforço pessoal do que de uma ação conjunta.

Não foi possível fazer mais, com a máquina burocrática de todos os tempos; resistências passivas; o horror das responsabilidades; fundos especiais esgotados; limitações financeiras impostas pela crise geral; créditos a caducarem com organizações de serviços dissolvidas para se reconstituírem em outro exercício; a esterilizadora sujeição das obras ao regime de duodécimos; o trabalho de desfazer, para moralizar e regularizar os serviços, maior do que o de fazer; o penoso reajustamento das reformas; finalmente, as desastrosas repercussões de dois movimentos armados e da seca mais devastadora (ALMEIDA, 1934, p.XVII).

A ideia de que havia um dever de transparência a ser cumprido assumia um tom mais explícito do que fora outrora, quando ele justificava a ausência de relatórios nos anos anteriores. E tentou, como no outro, sanar o problema, dispondo de um panorama geral a respeito da gestão. O tempo das críticas também se fazia imprimir no material, o autor se justificava mais, falou da burocracia, das resistências dos funcionários, limitações financeiras e outras condicionantes que teriam impedido a execução do programa por completo. Ainda assim, tratava-se da plataforma *revolucionária* – como ele trazia no título – daquela pasta. Era essa a parte que lhe cabia nas transformações mais amplas que se fazia no poder estatal e na nação. E nesse sentido, dava destaque ao que havia feito e àquilo que ainda se estava por fazer pelas próximas administrações

vindouras, enumerou muitas delas, no plano das estradas de ferro e rodagem, portos, as questões da aviação e navegação, o serviço dos correios e dos telégrafos, as obras contra as secas e inúmeras outras questões. E concluía: “Muitas dessas realizações poderiam ser consideradas, por si sós, um programa de governo. E ainda repito: não fiz o que quis, mas o que pude” (ALMEIDA, 1934, p.XX).

Nada estava completo, havia muito a ser feito. Interessa destacar que, com a saída de José Américo, quem assumiu o ministério de Viação e Obras Públicas foi um outro nortista, o deputado baiano João Marques dos Reis. Uma continuidade, portanto, se colocava em cena. De certa forma, alguém da mesma região e grupo político – o Bloco do Norte – decerto ouviria seus conselhos e manteria as suas realizações, embora com todas as discordâncias, entre um parlamentar da Bahia e um político paraibano, mudanças sensíveis pudessem ser observadas. Os investimentos nas secas continuariam, não poderia ser diferente, dada a importância dessa agenda para pautar a região na cena nacional, mas talvez a centralidade dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba nos investimentos se perdesse e uma agenda mais próxima de como esse fenômeno natural e social se dimensionava na Bahia ganhasse um destaque mais significativo.

Mais que o relatório anterior, *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação* (1934) aponta um exercício do então ex-ministro – dessa vez pensando uma gestão já encerrada, completa em seu arco temporal, embora com legados para administradores subsequentes e efeitos de longo prazo – para valorar positivamente o seu programa e os seus feitos, não só como uma resposta direta às críticas que recebia na imprensa, mas como uma maneira de se inscrever para futuros políticos e pesquisadores que se dedicassem ao tema, que teriam melhor instrumento para entender suas razões. Talvez assim conseguisse convencê-los de que teria feito o melhor que podia diante das condições que estavam postas, e se mais não fez, não teria sido por falta de visão ou competência, mas porque as demais condicionantes o atrapalharam. Nesse quesito, a despeito da postura autoritária com que ele geria a pasta no começo, fazendo valer suas ideias sobre qualquer outra coisa, dessa vez, ponderava – como deve ser em

tempos constitucionais – “As iniciativas do Ministério de Viação derivam menos do meu esforço pessoal do que de uma ação conjunta” (ALMEIDA, 1934, p.XVII).

Esse relatório saiu mais incorporado, com 462 páginas, e em relação ao anterior, ganhou alguns capítulos, antes submetidos a outras discussões, em especial aqueles que tinham sido alvo de maior crítica na imprensa, o que podemos ver com um investimento maior nos dados que comprovassem a sua honestidade e suas boas intenções, em particular a Central do Brasil. Em todo caso, essa nova versão do texto teria uma circulação mais abrangente – a julgar pelas notícias na imprensa e pela reedição posterior – do que o relatório anterior e do que essas publicações administrativas usualmente costumam ter. Isso se devia tanto à polêmica construída no entorno do texto como ao fato de se tratar da produção de um intelectual reconhecido no campo literário.

Em certa medida, esse texto me remete ao que Philippe Lejeune (2014[1975], p.16) chama de pacto autobiográfico: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. Uma das características mais usuais desse tipo de escrita é que autor, narrador e personagem são o mesmo sujeito. Nesse caso, trata-se de um texto em que o objeto da narrativa é a atuação do autor em seu tempo como ministro, de maneira que ele acaba se tornando o seu personagem principal. As suas ações sobrepõem a de todos os demais gestores citados, dos departamentos que a pasta abarcava, ou mesmo do presidente Getúlio Vargas. Outro ponto essencial nesse tipo de narrativa é que está posto nele um compromisso de verdade, entendida como sinceridade, sobre aquilo que está escrito, na medida em que são as experiências do sujeito e suas ideias que estão sendo discutidas.

O relatório oficial, por suas características, *a priori* não favorece essa ideia. Isso porque o leitor não vai ao texto para acreditar nas intenções do autor, nem esse autor espera que ele o faça, tanto que apresenta os dados para convencê-lo. Mas quando José Américo para a exposição de dados para falar de si, dos seus compromissos e de suas

ideias do que seria a Revolução de 1930, os propósitos que ela evocaria e as consequências disso na vida social, de certa maneira ele apela para essa sinceridade. E assim, produziu parágrafos inteiros citando sua trajetória pessoal de político, anterior ao ministério, para apresentar suas aptidões, como no longo trecho em que discutiu sua passagem como secretário de João Pessoa: “Basta dizer que, no momento em que desfaleciam as solidariedades do combate sem tréguas, cheguei a ser, ao mesmo tempo (sem remuneração, bem entendido), secretário do Interior, chefe de polícia e diretor do órgão oficial”. Nesse ponto, podemos pensá-lo como uma escrita autobiográfica, embora não estivesse taxado no gênero textual como uma autobiografia, mas na posição de relatório oficial (ALMEIDA, 1934, p.4).

Também podemos pensar esse texto enquanto um exercício de história imediata. Entenda-se por história imediata, de acordo com Agnès Chaveau e Philippe Tétard (1992), um esforço para conferir historicidade a uma experiência no momento em que ela está se dando ou no imediatamente após a sua consumação. Ela pode ser feita por historiadores, jornalistas, literatos e outros profissionais, desde que tomados pela intenção de fazer um texto histórico. Angela de Castro Gomes (2009) lembra que uma das vantagens de observar textos de história imediata é compreender as tentativas de interpretação dos sujeitos no meio das disputas políticas e simbólicas que evocam o presente dos conflitos vividos.

No caso de *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação*, a natureza do relatório, tomada por documentos, uma descrição das iniciativas e argumentos que o contornavam, aproximam esse texto das interpretações históricas feitas à época – o próprio José Américo tem um trabalho parecido com esse em *A Paraíba e seus problemas* (1923) – embora conte com mais dados e menos apresentações de contextos que os historiadores e as historiadoras costumam usar. Em todo caso, mantem-se esse diálogo entre documentos e interpretações do processo vivido, no propósito de conferir um “sentido para o passado”, o que é próprio, segundo Eric Hobsbawm (1998), do trabalho de História.

Mas um indicador fundamental, que nos interessa no uso desse conceito, é a importância do marcador da Revolução de 1930 nesse texto. Ele exige uma mudança para a ação do ministro, que assim precisa criar uma narrativa que demarque rupturas entre passado – antes de 1930 – e futuro – depois da Revolução. Esse esforço seria imprescindível para legitimar o movimento político em curso, justificar as suas atitudes de administrador e garantir a continuidade de tudo que foi conquistado. No tópico seguinte, vamos discutir os contrapontos do discurso produzido por esse material com as novelas que ele escreveu também nesse momento.

Ficção para falar a verdade: o sentido do passado nas novelas

Há muitas formas de dizer a verdade. Talvez a mais persuasiva delas seja a que tem aparência de mentira.

José Américo de Almeida (1928, p.2).

Esse é o verbete que abre o romance de maior sucesso do ex-ministro, *A Bagaceira*, publicado pela primeira vez em 1928, no qual ele se valia de uma ficção – a história de uma família sertaneja retirante e o conflito de gerações entre o senhor de engenho e seu filho – para falar do problema social das secas, ideia que ele já havia apresentado em seu ensaio *A Paraíba e seus problemas*, de 1923. O literato modernista sabia bem que, uma das formas mais eficientes de se contar uma verdade era apresentá-la na forma de ficção, porque o texto literário produz sensibilidades, provoca empatia, exemplifica realidades e sentimentos que poucas vezes são tão bem expressos em um texto retórico. Eu penso que foi isso que José Américo imaginou quando decidiu escrever as duas novelas que ele publicou em 1935 – *O Boqueirão e Coiteiros*. A ideia, em certa medida, era a mesma. Mudava o jeito de contar.

No segundo quartel de 1934, José Américo disse em entrevista ao jornal *O Globo* que andava trabalhando em três romances – *O Boqueirão, Coiteiros e Mulher de Ninguém*:

O primeiro é o conflito de sentimentos que operou nos sertões do Nordeste,

em 1922, entre uma civilização primitiva, de virtudes graníticas, e a invasão da onda nova de estrangeiros e brasileiros de toda parte, desfigurando, momentaneamente, o meio fóssil que procurou reagir, depois, nas alternativas de paixões bárbaras e complacentes que construíram um ambiente à parte; o segundo é o fenômeno do cangaceirismo, na sua forma mais natural e menos estudada da proteção a essa criminalidade específica, com um poder de observação que procura diluir-se, o mais possível, na ficção, para não formular teses; o terceiro, finalmente, é a história da desquitada, sem o exame do divórcio, que fica reservado aos tratados e aos debates parlamentares, mas como uma crise moral que outros dirão se é ou não sanável¹².

Os editores não tardaram em entrar em contato com ofertas quanto à publicação dos propalados romances. Em abril de 1934, escreveu-lhe José Olympio, um jovem que havia fundado há pouco tempo uma casa de editoração e livraria, mas que dispendo de bons contatos já tinha grande prestígio no campo literário nacional – havia publicado, como o próprio enfatizava, os originais de Humberto de Campos, Gustavo Barroso e Plínio Salgado. Em sua carta, propunha pagamento de direitos autorais à razão de 10% sobre o preço de capa e corrigiu, com a mesma caneta com a qual assinou, a informação datilografada da tiragem, ao invés de “1.000” exemplares seriam “10.000”¹³. As outras empresas, a Livraria do Globo e a Companhia Editora Nacional, julgando pela data da correspondência, demoraram mais tempo para mostrar interesse, entre dezembro e janeiro do ano seguinte.

Autor e editor, desde então, trocaram novas correspondências. José Américo demorava na escrita. Em resposta a um telegrama, requeria mais um mês de prazo: “demais, a miopia exagerada, já atingida de lesões não me ajuda, ora o trabalho corre, ora se retarda”, mas dizia que, se fosse intenção lançar nova edição de *A Bagaceira*, informasse para proceder “limpeza geral”¹⁴. Nosso personagem parecia ter pretensões maiores de imersão no campo literário, tanto era que escreveu a Alfeu Domingues, mediante o falecimento de Humberto de Campos, sondando a recepção de uma possível candidatura à Academia Brasileira de Letras. Esse amigo se mobilizou em fazer

¹² Trecho do jornal *O Globo* publicado na *Revista da Semana* (14 abr. 1934, p.28).

¹³ Carta de 10 abr. 1934, de José Olympio a José Américo (Arquivo Pessoal de José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

¹⁴ Carta de 17 dez. 1934, de José Américo a José Olympio (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

visitas, sobretudo a Olegário Mariano. A resposta é que seria mais provável sua escolha para substituir o também recentemente falecido Coelho Neto. Ao que tudo indica, preferiu não participar da disputa e as vagas ficaram para Mucio Leão e João Neves da Fontoura.

No primeiro trimestre de 1935, foram publicados dois dos textos nos quais nosso escritor andava trabalhando – *O Boqueirão*, pela Casa José Olympio Livraria e Editora, e *Coiteiros*, pela Companhia Editora Nacional. Essa era uma volta do homem de letras, que teria ficado de lado no tempo febril de homem público – dizia Assis Chateaubriand em sua coluna de críticas literárias no *Diário de Notícias*¹⁵. Interessa notar que, embora apresentadas nesse momento como romances, essas narrativas ficaram classificadas para a posteridade no gênero literário da novela, decerto devido à recepção da crítica literária que estranhava o tamanho do texto e suas características semânticas. As duas brochuras saíram com 219 e 190 páginas respectivamente, mas tirados pré-textuais e pós-textuais, observando formatações posteriores, caberiam tranquilamente em 80 páginas cada.

O Boqueirão tratou da história de Remo Fernandes, nordestino que se formava na Universidade de Ohio, Estados Unidos. Àquela localidade, ele viu as grandes obras hidráulicas que haviam transformado a vida da população daquele país e lamentava por seu povo, ainda castigado pela seca. Em meio a isso, teve notícia de uma companhia que andava contratando engenheiros para trabalhar na construção de açudes e estradas no Nordeste do Brasil. Sem pensar duas vezes, partiu nessa missão de volta à sua terra na companhia de seu amigo americano Frank White. A história seguia nesse espaço onde o arcaico dava lugar ao moderno e o progresso mudava a vida de toda uma população:

Os fazendeiros, senhores do sertão, encolhiam-se à beira do caminho, para darem passagem a essa investida do progresso. Saltavam, humildemente, segurando os cavalos famosos, “marchadores” e “equitadores” insignes, em toda a redondeza, que se exasperavam com as patas nos peitos dos seus donos.

¹⁵ *Diário de Notícias*, 17 fev. 1935, p.17.

Mandões que haviam interceptado as estradas, empiqueando-as, com a sua milícia privada, tombavam dos animais passarinhos (ALMEIDA, 1994[1935], p.87).

A chegada dos engenheiros provocava alvoroço no sertão. Eram pessoas com costumes estranhos aos daquela gente. O convívio com eles despertaria uma mudança na psicologia coletiva de um povo. O eixo da narrativa, porém, era o flerte de Remo com três mulheres em idade de casar – Irma, Elsa e Gracinha. Elas esperavam que as pedisse em casamento, mas ele não queria saber de compromisso. Acontecia que os engenheiros traziam consigo a imagem das *girls* que conheceram nos Estados Unidos. Essas teriam o direito que tinham de dançar como quisessem, sem que precisassem “amar” um homem, tinham a liberdade de deixar o cabelo curto. E assim o moderno fazia seu papel – uma transformação moral se processava: “O espírito de um povo é uma formação que se eleva acima dele próprio. É uma essência filtrada de geração em geração. O que fica embaixo é a escória inútil” (ALMEIDA, 1995[1935], p.80).

O enredo tratava, assim, de outra terra. Diferente daquela marcada pela seca e pela miséria que o autor apresentara no romance *A Bagaceira*. Ambientada em 1922, em meio às obras contra as secas do governo Epitácio Pessoa, o moderno operava suas mudanças. Mas o final da história era trágico. Os engenheiros recebiam um telegrama informando que o governo cortara a verba das obras contra as secas, com ela se encerravam as possibilidades de modernizar o espaço e os costumes daquela gente. Desgraçavam-se também os destinos das três mulheres que haviam sonhado com uma vida melhor. Elsa foi desonrada por Remo; Gracinha fugiu com Frank White, que depois a abandonaria; Irma pulou de um abismo. Era um recado, em forma de literatura, para os políticos de seu tempo, que não deviam deixar que seu legado como ministro percesse por falta de investimentos (ALMEIDA, 1995[1935]).

O fim do mandato do presidente paraibano e posterior derrocada de investimentos teriam impacto de longo prazo na economia e na psicologia coletiva. De certa forma, ao contar essa história, José Américo também justificava sua atuação no

Ministério de Viação e Obras Públicas, que entendia como uma continuidade – melhorada – do programa de investimentos de Epitácio Pessoa. Remo, a propósito, aparecia quase que um *alter ego* de José Américo, a julgar pela maneira como nosso autor se percebia: “O brasileiro só aspirava uma vida de ação. Queria salvar, quando nada, o sertão sacrificado. Descobrir-lhe a alma; curá-lo do mal de amor; criar-lhe a alegria providencial”, e então concluía que, para isso, “bastava educar as condições naturais. Educava-se, desse modo, o homem que elas moldavam. Na terra seca o ambiente físico era a própria vida. Era o regulador de todos os ritmos do bem e do mal” (ALMEIDA, 1995[1935], p.80/105).

O texto aparecia assim como um instrumento, embora disfarçado na cronologia e na maquiagem da ficção, para construir uma imagem, conseqüentemente uma memória, positiva na opinião pública a respeito de sua trajetória no ministério – focando naquilo que considerava seu principal feito, que teriam sido as obras contra as secas. Agregava com isso o seu capital de escritor à representação da trajetória de ministro, se valendo das ferramentas literárias, um enredo cheio de nuances que afetam o público leitor em seu universo de afetos – dando vida às personagens – para disseminar uma narrativa sobre o problema das secas e a política nacional. Enquanto isso, não deixava de usar seu prestígio de homem público como experiência e *status* que enriqueciam seu olhar como escritor e preparavam terreno eufórico para a recepção da crítica.

Mas vale notar que, se valendo desse artifício – a literatura – ele se resguardava com o pacto ficcional das críticas quanto a sua trajetória e deixava o material escrito ao olhar da crítica literária. Apesar dos paralelos entre ele e Remo, entre a sua gestão e as imagens das obras contra as secas de Epitácio Pessoa, ele não se comprometia a dizer a verdade. Não tinha pacto autobiográfico, no sentido do Philippe Lejeune (2014[1975]). A sinceridade não era uma obrigação. A sugestão, assim, produz seus efeitos. Criava a sensação de ruptura, ideia de que, a partir dos anos 1930, e das obras contra as secas, tudo poderia ser diferente, afirmava a importância da região e de suas questões. Fazia

isso criando uma sensibilidade, uma identificação do leitor com as personagens, mostrando como para além dos números, tão importantes nos relatórios, esse impacto se colocava na vida das pessoas.

A ficção, contudo, nem sempre é expressão exclusiva dos pensamentos de seu autor. A estrutura dos gêneros literários, os repertórios disponíveis a cada época, os propósitos dos movimentos artísticos, o diálogo com a realidade e as possibilidades que cada situação abre no enredo são ingredientes que interferem na condução da trama. José Américo, portanto, dispôs de um novo problema para a sua história. Essa transformação moral não era de todo positiva. Havia uma transgressão de valores imersa no catálogo de mudanças do moderno. O sertanejo já não seria mais um forte – como a figura épica descrita em *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Ao invés disso, “viviam como estrangeiros na terra transformada”, o que o levava a questionar quais seriam de fato os benefícios dessa modernidade, sobretudo em se considerando os valores daquela gente do campo (ALMEIDA, 1995[1935], p.103).

Esse ponto, que contradizia o seu argumento de literato e homem público, funcionava como uma espécie de retorno a uma retórica cara para a literatura regionalista – o elogio do arcaico como sentido e grandeza dessa gente nordestina e sertaneja – que andava tomando corpo à época com as publicações Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Gilberto Freyre. A relação com esses escritores, apesar do seu afastamento da vida literária, foi se fortalecendo. José Lins do Rego escreveu a ele dizendo de sua felicidade quando soube de retorno do amigo à literatura, oportunidade na qual rememorou os “bons tempos” em que ambos haviam vivido na então cidade da Paraíba, quando podiam compartilhar as intimidades de seus processos de escrita¹⁶. O fato é que, entre literatura e política, o texto se tornou instrumento de elaboração da ação. Ainda que não falasse isso, havia uma relação entre os programas de modernização e a questão social a ser pensada.

¹⁶ Carta de 21 jan. 1935, de José Lins do Rego a José Américo (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida. Fundação Casa de José Américo).

A segunda novela publicada no início de 1935 por José Américo chamava-se *Coiteiros*, a qual contava a história de Vilarim, um pequeno proprietário de terra do sertão nordestino que costumava dar guarida aos cangaceiros do bando de Sexta-Feira. Era dessa forma que garantia que a sua família não fosse vítima dos saques, estupros e outros tipos de violências que os bandidos costumavam provocar. A sua filha Dorita, todavia, estava de casamento marcado com o ex-seminarista Roberto dos Anjos – esse perdera o pai assassinado pelos malfeitores e prometera vingar sua família. Junto ao seu ódio dos cangaceiros tinha raiva dos fazendeiros que lhes davam abrigo. Ele, portanto, não sabia que o pai da noiva acobertava os bandidos. E ser coiteiro, dizia o autor, não era uma opção (ALMEIDA, 1995[1935]).

A seca – personagem importante na literatura do nosso biografado – abateu-se no sertão e essa gente ficou mais vulnerável. Faltava a assistência do poder público, que deveria garantir a segurança do pequeno proprietário de terra e sua família. Dorita e Vilarim tentaram como foi possível impedir que o noivo e o cangaceiro cruzassem um com o outro. Nesse tempo de desordens, os cangaceiros tomaram a menina de refém e obrigaram-na a atirar em seu noivo. Ela não cumpriu a ordem e foi assassinada. O escritor voltava mais uma vez ao ponto de sua atuação como “ministro das secas” – de nada valia perseguir os bandidos pelos sertões, eles conheciam a geografia da região como as forças policiais jamais poderiam. O mundo rural tinha seus mistérios – grutas, vales, outros disfarces: “A repressão morosa, sem a celeridade das estradas feitas, era um nunca acabar”, por isso, na primeira oportunidade, atrapalhavam obras públicas, destruíam estradas de ferro, toravam linhas de telégrafo. O meio de combatê-los era modernizar o campo (ALMEIDA, 1995[1935], p.228).

Mais uma vez, José Américo tinha uma tese que envolvia o enredo da novela, caracterizava os personagens e definia o seu desfecho. Mas dessa vez, interessa notar que o assunto tomou características ainda mais vivas na vida política nacional. Em janeiro de 1935, o escritor e ex-ministro foi eleito senador pela Paraíba, porém, estava desconfortável no cargo. As acusações constantes na imprensa e o afastamento de

antigos aliados o deixavam cada vez mais isolado. Em todo caso, iniciados os trabalhos, esteve presente nas sessões e participou do debate, sobretudo quando o assunto envolvia mais de perto a agenda do Ministério de Viação e Obras Públicas e os recursos para as obras contra as secas.

Foi conturbada a sessão de 19 de julho de 1935. A discussão começou com a votação do deputado baiano Artur Ferreira da Costa quanto ao projeto do também baiano João Pacheco de Oliveira, vetado pelo presidente da República. Tratava-se da abertura de crédito especial para o combate ao banditismo no Norte. O argumento do veto, nas palavras do presidente: “Não é guerra civil (para se tratar de intervenção), nem invasão de um estado pelo outro, nenhum caso que se afigure de intervenção federal, de que, aliás, o projeto não cogita, restrito como ficou ao auxílio financeiro para a campanha contra o banditismo”¹⁷. Era um impasse para os baianos, sobretudo se considerado o empenho do governador Juraci Magalhães no combate ao cangaço, pauta que o então ministro de Viação e Obras Públicas João Marques dos Reis também deveria estar empenhado em aprovar.

José Américo e Juraci Magalhães eram amigos de longa data e seguiriam amigos por muitos anos, mas isso não impediu o ex-ministro de fazer uma manifestação a respeito desse assunto. Ele pediu a palavra em desacordo com o palestrante. Entendia que esses recursos saíam das obras contra as secas, o que também seria uma perturbação no orçamento. O combate ao banditismo precisava ser feito a partir de obras de interconexão, dinamizando a economia e ampliando o poder do Estado. Esse era um tema do qual não podia abrir mão, porque esbarrava nas ideias que ele mantinha enquanto foi ministro, guiara a sua gestão e seguia mobilizando seus propósitos. Daí teve início uma longa querela envolvendo outros parlamentares vinculados ou não ao projeto.

Entre os livros prometidos para aquele ano, o título *Mulher de Ninguém*, que deveria elaborar os contornos morais e sociais de uma personagem desquitada – não se

¹⁷ Anais do Senado Federal (1935, Livro III, p.71).

sabe se para defender ou condenar o divórcio, pauta discutida à época – jamais foi a público.

Considerações Finais

No segundo semestre de 1934, outras chamadas na imprensa davam notícia de que José Américo estava trabalhando em um livro de memórias, o qual deveria ter como título *Notas do meu retiro*¹⁸. Era mais uma resposta às críticas que envolviam sua imagem pública. Esse livro, contudo, não se concretizou, ou pelo menos não na conformação prometida de uma autobiografia. Mas nem por isso, o ex-ministro deixou de justificar seus atos e construir uma memória de sua gestão na pasta de Viação e Obras Públicas. Fez isso a partir de dois materiais – o relatório *O ciclo revolucionário do Ministério de Viação* (1934) e as novelas *O Boqueirão* (1935) e *Coiteiros* (1935).

Os dois tipos documentais seguiam caminhos distintos. O relatório flertava com um exercício de história imediata, construindo um sentido para o passado e para o futuro a partir da elaboração de uma descontinuidade, o movimento revolucionário de 1930, e se valendo para isso de farta documentação e uma narrativa para a experiência vivida. Nesse mesmo sentido, também trazia indícios do pacto autobiográfico, a semelhança entre autor, narrador e personagem. No que contornava a ideia de uma verdade como sinceridade, no entanto, esse constructo entre escritor e leitores fraquejava, à exceção dos momentos em que ele remetia de modo mais consistente à sua trajetória.

As novelas também flertavam com o autobiográfico, mas não havia qualquer pacto, apenas uma sugestão. Isso tinha suas consequências, era inevitável associar a trama fictícia das querelas que tomavam a arena pública nacional. Eram textos de ficção, com narrador e personagens fictícios, sem compromissos mais explícitos com a

¹⁸ *A União*, 7 dez. 1934, p.1.

realidade, embora tivessem em sua esteira uma intenção de provocar a sensibilidade dos leitores e das leitoras para as questões que estava apresentando. No caso, a estratégia caminhava não pelos argumentos, mas pela empatia que o enredo, pensando os impactos das secas, das obras e do cangaço na vida dos indivíduos, seria capaz de provocar.

De toda maneira, era explícita a intenção de construir, no ano subsequente à sua renúncia do ministério, uma memória de sua gestão, conferindo um sentido para o passado e para o futuro a partir o que havia sido feito. Isso implicava em uma imagem do que era uma boa administração – moralidade pública, racionalização administrativa e orçamentária – as pautas mais urgentes – infraestrutura de transportes e comunicação e obras contra as secas. Esses últimos investimentos, a propósito, disputavam a centralidade de seu programa ministerial, como ficava ainda mais evidente nas novelas. Para isso, o autor se valeu das fronteiras tênues entre memória, história e literatura.

Eu penso que discutir as fronteiras e as potencias dos muitos tipos de documentos é um bom caminho para entender melhor o passado e o papel que esses materiais – que hoje apreendemos como vestígios – possuíam na época em que foram feitos. Mas para além das tipologias documentais e suas estruturas, não podemos esquecer os usos que os sujeitos fazem delas. No caso de José Américo, um intelectual modernista, familiarizado desde muito tempo com as potencialidades da palavra escrita e as formas em que ela se desenvolve, esses trânsitos entre os gêneros potencializavam os modos de dizer o que ele queria dizer.

Referências

Anais do Senado Federal. Rio de Janeiro, DF: Imprensa Oficial, 1935. 6v.

A União. Cidade da Paraíba; João Pessoa, 1930-1935. Arquivo Pessoal Maurílio de Almeida e na Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional; Arquivo Digital do Portal “A União”.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1930-1935. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 1930-1935. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ALMEIDA, José Américo de. *Reflexões de uma cabra*. Parahyba, PB: A União, 1922.

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. Parahyba, PB: A União, 1923.

ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. Parahyba, PB: A União, 1928.

ALMEIDA, José Américo de. *O Ministério de Viação no Governo Provisório*. Rio de Janeiro, RJ: Oficina dos Correios e Telégrafos, 1933.

ALMEIDA, José Américo de. *O ciclo revolucionário no Ministério de Viação*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial, 1934.

ALMEIDA, José Américo de. *O Boqueirão*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1935.

ALMEIDA, José Américo de. *Coiteiros*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1935.

BARBOSA, Jivago Correia. A integração dos “Brasis”: José Américo de Almeida e o Ministério de Viação e Obras Públicas durante o governo provisório (1930-1934). In: SANTOS NETO, Martinho Guedes; SILVA, Waniéry Loyvia (orgs). *Regime de interventorias: política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)*. João Pessoa, PB: UFPB, 2020. p.187-218.

BURITY, Luiz Mário Dantas. *José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d'Água à campanha presidencial de 1937*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKESMAN, Sergio. *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1984.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro. Rascunhos de uma história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.41-77.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. In: LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. 2 ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014[1975]. p.15-55.

LOPES, Raimundo Hélio. O poder discricionário: ditadura e constitucionalização no Governo Provisório. In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral: dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba, PR: Appris, 2019. p.19-40.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010[1967].

Submetido em 05.05.2021 – Aceito em 19.06.2021